

Condições impostas pelo Bird dificultam créditos

Kido Guerra

BRASÍLIA — No segundo semestre do ano passado, em plena negociação com o Banco Mundial (Bird) de um vultoso empréstimo de US\$ 500 milhões, destinados à construção de uma série de pequenas represas e hidrelétricas na Amazônia, o Governo depa-rou-se com uma exigência no mínimo estranha: os técnicos do banco, enviados ao Brasil para fechar o contrato, queriam a criação, em cada concessão da Eletrobrás, de um conselho de proteção do meio ambiente, cujos integrantes seriam nomeados com prévio conhecimento do Bird. O Governo não aceitou e o empréstimo não saiu.

Em compensação, outros US\$ 500 milhões, negociados com outra missão do banco — uma das 60 que, anualmente, visitam o Brasil —, foram liberados para o setor agrícola, dentro do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAP), na Região Nordeste. Nesse caso, as condições impostas pelo banco eram mais suportáveis: basicamente, o Bird exigia a redução gradual dos subsídios oficiais ao crédito rural, de modo a forçar uma diminuição do déficit público, mesmo que essa nova política de juros agrícolas dificultasse a vida do produtor rural.

É pegar ou largar. Em síntese, é essa a política adotada pelo Bird no Brasil e demais países do Terceiro Mundo nos últimos anos. A instituição tem extrapolado sua tradicional atuação de projetos de desenvolvimento econômico-social e parte para a execução de operações baseadas em políticas macroeconômicas, destinadas a ajustes setoriais.

No caso brasileiro, a participação do Bird ganha maior intensidade, levando o banco a uma postura próxima do monitoramento da

economia nacional, através do acompanhamento direto e permanente, não só dos projetos por ele financiados, mas das contas e das metas do Governo (o qual até espera do Banco Mundial o papel de avalista na renegociação da dívida externa).

Trata-se, enfim, de uma sutil e gradual substituição da presença e ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) no País, como admite um alto funcionário do Governo, um anfitrião quase permanente das missões do Bird que chegam a Brasília.

Segundo esse funcionário, é por causa do Bird, por exemplo, o aumento real das tarifas públicas, sobretudo de transportes urbanos e eletricidade, assim como os estudos visando à reforma tributária (o Bird quer uma redução do déficit público e acha fundamental a ampliação da carga tributária e, conseqüentemente, considera necessário o fim dos incentivos fiscais).

Pragmatismo — Não só pelos números, que revelam a amplitude da atuação do Bird no Brasil — são sete projetos em execução, atualmente envolvendo recursos da ordem de US\$ 8 bilhões 600 milhões — é fácil detectar e constatar a forte influência do banco na economia nacional.

Segundo um técnico da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, o Bird atua em todas as áreas da vida econômica do país — menos turismo, acentua —, com projetos desenvolvidos em todos os Estados brasileiros. Só na Amazônia, 133 municípios realizam projetos agrícolas financiados pelo banco, com acompanhamento constante dos técnicos da entidade, que, embora discretos e esquivos, admitem: o Banco Mundial possui estrutura conservadora e qualquer financiamento só sai dentro do figurino.